



COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ - COHAB/PA

CNPJ/MF 04887.055/0001-16

11 FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO (Circulante e Não Circulante)

Representa os recursos tomados junto a Caixa Econômica Federal – CAIXA, para produção e comercialização de unidades habitacionais e financiamentos aos mutuários finais. Os contratos têm prazo de até 300 meses e taxas de juros até o limite 5,10% a.a. e estão atualizados pelos indicadores contratuais. Face o refinanciamento da dívida na forma prevista da Lei Federal 8.727 de 05.11.1993, ao término do Contrato Original, a Companhia através do Governo do Estado vem efetuando o pagamento dos Saldos Residuais dos contratos em até 60 (sessenta) parcelas mensais consecutivas, com a taxa de juros estipulada de acordo com os contratos originais. O critério para lançamento no curto prazo levou em consideração as parcelas a vencer no prazo de 360 dias, conforme estudo econômico realizado pela companhia no exercício de 2014/2013.

Descrição	2014	2013
Caixa Econômica Federal – CAIXA	25.296	30.684
Banco do Brasil	-	331
TOTAL	25.296	31.015

Classificado no Passivo:

Circulante	15.277	6.093
Exigível a Longo Prazo.	10.019	24.922

12 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER (Circulante e Não Circulante)

Descrição	2014	2013
Impostos a recolher		
REFIS – PAES (nota 16.1)	2.065	2.062
Parcelamento Lei 11.941/2009	471	735
Parcelamento IRPJ (2004/2005)	1.167	1.533
Parcelamento CSLL (2004/2005)	293	358
FGTS Assessores	806	951
Outros impostos a recolher	1.112	2.881
TOTAL	5.914	8.520

Classificado no Passivo:

Circulante	2.676	4.154
Longo prazo	3.238	4.366

No exercício de 2013 foi constituída a dívida relativa ao FGTS devido aos contratados na condição de assessores q que constituem o quadro complementar da COHAB, do período de 01/2002 a 12/2010 parcelada em 60 meses sendo paga regularmente. Sendo que a Companhia desde o exercício de 2011 vem realizando o depósito mensal. No exercício de 2014 foi regularizada a pendência relativa ao recolhimento indevido do INSS sobre folha de Pagamento em que a GPS – Guia da Previdência Social era gerada pelo código 2402 – órgão público onde se dispensado o recolhimento a Terceiros (outras entidades), enquanto que o correto seria no código 2100 – empresa privada, em virtude da finalidade jurídica da Cohab (sociedade de economia mista).

13 PROVISÕES DE CONTINGÊNCIAS (Circulante)

A Companhia possui diversas ações judiciais (processos cíveis, fiscais e trabalhistas), para os quais a Assessoria Jurídica considera como perdas remotas e possíveis. Assim, constituímos as contingências utilizando o critério do exercício anterior e em conformidade com o relatório emitido pela Assessoria Jurídica, importando em R\$- 4.172 Milhões (R\$- 4.523 Milhões em 2013).

14 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Capital Social, totalmente subscrito e integralizado, é representado por 49.514.984.482 ações ordinárias nominativas, no valor de R\$ 0,0018 (dezoito décimos de milésimos de centavos) a unidade. O Governo do Estado é o acionista majoritário com 99,99% das ações.

15 AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Foram realizados no exercício de 2014 ajustes devedores e credores nos respectivos valores conforme demonstramos a seguir.

Pagamentos Elógica	(85)
Outras Despesas	(954)
Pagamentos Elógica	5
Pagamentos Serviços de auditoria IASEP	6
Juros e tarifas	3
Aplicações	32
Pagamentos Prognum	54

Serviços de cartório	1
FCVS IASEP	4

Total	(934)
--------------	--------------

16 OUTRAS INFORMAÇÕES

16.1 - PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL – REFIS-PAES

A Companhia aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal – REFIS -PAES no exercício de 2002, do Governo Federal, refinanciando no prazo de 15 anos suas obrigações fiscais com o INSS – Instituto Nacional da Seguridade Social.

Os refinanciamentos foram pagos regularmente.

João Hugo Barral de Miranda Diretor Presidente	Walber Milhomem de Souza Diretor Administrativo e Financeiro
Lucilene Bastos Farinha Silva Diretora de Relações com o Cliente	Antônio Carlos Campos de Avelar Gerente Estratégico Econômico Financeiro
Paulo Telles Lins Diretor Técnico	Nerci Viana da Mota Assessora Técnica
Bernardete Cruz Costa Diretor de Políticas Habitacionais	Ana Cláudia Guimbal de Aquino Contadora CRC/PA 10.728/O-0 CPF 491.445.452-15

RELATORIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Conselheiros daCOMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DO PARA – COHAB/PA Belém/PA

Examinamos as demonstrações contábeis da COHAB/PA, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, do resultado abrangente e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da COHAB/PA é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo coma as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada como objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevantes. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis.

Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre eficácia desses controles internos da companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva

Não foi possível comprovarmos por meio de confirmação externa de saldos, os saldos existentes em 31/12/2014 em: Aplicações Financeiras, saldo de R\$ 4.551 mil, Bancos Conta Vinculada a Contratos, saldo de R\$ 4.575 mil, Depósitos em Caderneta de Depósitos Vinculados a Contratos, saldo de R\$ 6.686 mil e Depósitos em Caderneta de Poupança, saldo de R\$ 3.106 mil. Os controles mantidos para o Ativo Imobilizado não oferecem segurança razoável sobre a existência do saldo de R\$ 4.977 mil em 31/12/2014, além de que a Companhia não submeteu seus bens ao teste de recuperabilidade, “impairment”, conforme re-

quer a NBC TG 01 – Valor Recuperável de Ativos, bem como, não aplicou os pressupostos constantes da NBC TG 27 – Imobilizado, quanto a vida útil econômica estimada dos bens, definição do valor residual e revisão das taxas de depreciação.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito no parágrafo Base para opinião com ressalva, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Habitação do Pará- COHAB/PA, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo em 31/12/2014, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme divulgado na nota explicativa 9, a COHAB/PA possuía 2952 contratos aptos para novação, entretanto em fevereiro a CEF desmarcou 1449 contratos ficando um saldo de 1503 contratos homologados, o valor reduzido foi de R\$13.862 milhões, assim a Companhia deixou de ter este valor em contratos aptos para novação.

Outros assuntos

Valores Correspondentes ao Exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício de 2013, apresentados para fins de comparação, por nós revisados, auditores independentes, que emitimos relatório em 27 de março 2014, com a seguinte ressalva: Os controles mantidos para os Fornecedores saldo de R\$ 6.532 mil em 31/12/2013 contemplam valores já liquidados, gerando passivo fictício, não sendo possível formar a opinião do montante já pago e não efetuado o registro contábil de liquidação. Idêntica situação constatamos para os Impostos e Contribuições, saldo de R\$ 4.170 mil e Outras Contas a Pagar saldo de R\$ 4.502 mil, em 31/12/2012. Os exames efetuados nos controles internos da entidade para os bensdo ativo imobilizado demonstraram deficiência nem todos os bens selecionados foram encontrados e para estes não havia registro de sua movimentação, a COHAB não realizou o teste recuperabilidade para os valores registrados em seu Ativo.

Belém, PA, 09 de fevereiro de 2015.

MACIEL AUDITORES S/S - EPP
CRC RS 5.460/O-0 “S” PA
ROGER MACIEL DE OLIVEIRA
CRC RS 71.505/O-3 “S” PA
Responsável Técnico

ROSANGELA PEREIRA PEIXOTO
CRC RS 65.932/O-7 “S” PA
Responsável Técnica

CLAUDIO ROGERIO DE OLIVEIRA
CRC RS 52.507/O-0 “S” PA
Responsável Técnico

PARECER DO CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ-COHAB/PA

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia de Habitação do Estado do Pará – COHAB/PA, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 163, Lei 6404/76 das Sociedades Anônimas, examinaram o Balanço Patrimonial levantado em 31.12.2014 e suas respectivas demonstrações de resultado, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa e parecer dos auditores independentes, datado de 09 de fevereiro de 2015 destacando os possíveis efeitos que poderão advir da ressalva apontada no parecer dos Auditores Independentes.

Deste modo, as Conselheiras manifestaram-se pela aprovação das Demonstrações Contábeis do exercício de 2014.

Belém, 02 de março de 2015.

ADÉLIA MARIA DA SILVA MACEDO
ROSANE MARQUES ROSADO GOMES
ANTÔNIO MAIA FILGUEIRAS